

Desindustrialização pode piorar diante da retomada econômica

Produção. Entre os efeitos da crise, está a redução dos investimentos nos parques fabris que, com a volta do consumo em 2018, vão se deparar com a forte concorrência dos importados

RODRIGO PETRY

Assim como a recuperação econômica prevista para este ano deve elevar a demanda pelos mais diversos bens de consumo, também acende o alerta para o aumento das importações em detrimento da produção local, acentuando o processo de desindustrialização.

A perda de participação da indústria sobre o Produto Interno Bruto (PIB) é um processo que se intensifica desde os anos de 1990, mas ganhou força com a recente recessão econômica, que gerou três anos consecutivos de retração da atividade fabril.

Em relação a 2007, quando a participação da indústria no PIB era de 16,6%, houve um recuo a 11,8% até o terceiro trimestre de 2017, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para piorar este quadro, uma recuperação da produção a níveis semelhantes aos observados no melhor momento do setor, em 2013, poderia vir apenas em 2024, estima o economista do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), Rafael Cagnin.

“Precisamos virar a página da crise e começar a colocar em pé e a todo vapor um novo arranjo para o setor produtivo”, explica.

Segundo ele, enquanto a indústria brasileira definhava, os demais países ampliavam sua capacidade produtiva, com a intensificação do uso de tecnologia.

E este é exatamente um dos maiores problemas do período recessivo: a retração dos investimentos em bens de capital, necessários para a modernização dos parques fabris, responsáveis por garantir mais produtividade e competitividade.

Com os empresários fortemente preocupados em reduzir despesas, os aportes em ativos fixos foram deixados de lado.

InformeDESIN

Importações

No entanto, com a recuperação econômica e o consequente retorno do consumo, parte deste abastecimento deverá ser abocanhada por produtos importados. “Devemos observar a volta das importações absorvendo parte do consumo interno”, prevê o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel.

De acordo com ele, a recuperação da demanda garantiu uma expansão de aproximadamente 3,5% da produção de vestuário no ano passado, mas este resultado deverá ser menor este ano – de 2,5% –, mesmo com um cenário macroeconômico mais positivo, em razão das importações.

Na indústria elétrica e eletrônica, as expectativas são semelhantes. “O avanço do setor [que fabrica celulares e computadores] implica em mais importações, pelas características da nossa base produtiva”, destaca o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbatto.

Para o professor de economia da PUC-SP e sócio-diretor da consultoria AC Lacerda, Antonio Corrêa de Lacerda, é bem provável que a indústria continue perdendo representatividade no PIB. “Conjuntamente estamos melhor, mas estruturalmente pioramos”, diz, ressaltando que o acesso a recursos de longo prazo, como os obtidos pelas empresas no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficaram mais escassos. “Isso afeta muito o desempenho da indústria. As políticas industriais deveriam ser perenes, independentemente do governo. São poucos os países que se desenvolvem sem a indústria acompanhar”, completa.

Mudança de estratégia

Para o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Guto Ferreira, o que ocorre no Brasil não é uma desindustrialização, mas uma nova configuração econômica, pela maior participação do setor agrícola, especialmente como fornecedor global.

Além disso, ele reforça que o Brasil também vem ganhando mercado em cadeias como a automobilística e de bens de consumo, como no caso da Havaianas, que é um produto praticamente sem concorrência. “Não é uma questão estatística, mas de retórica. A indústria precisa se acostumar com o novo momento da economia mundial”, avalia Ferreira.

InformeDESIN

Segundo ele, o governo vem elaborando uma agenda estratégica para ganhar competitividade, não só interna como externa, em setores como têxtil, agro, medicina e defesa. “Competitividade não é abrir o mercado de forma irrestrita, mas priorizando áreas”, completa.

Paraguai

Junto com a perda da competitividade interna, o Brasil passou a sofrer também com a intensa concorrência do Paraguai, que passou a atrair empresas por meio de incentivos fiscais, além de uma oferta de energia com preços mais baixos.

Estima-se que nos últimos cinco anos, cerca de 80 empresas deixaram o Brasil para se instalar no país vizinho. Entre elas estão companhias com perfis distintos, como a rede varejista Riachuelo e a fabricante de brinquedos Estrela. “É um processo de atração quase irresistível”, comenta o consultor do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Alfredo Lopes.

Segundo ele, a Zona Franca de Manaus passa por um intenso processo de desindustrialização por falta de competitividade, em razão de questões como ineficiência logística, energética e tributária.

“Há falta de investimentos na agregação de valor, reduzindo a capacidade de inovação tecnológica”, afirma, exemplificando que dos quase R\$ 2,4 bilhões arrecadados pelo fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, recolhidos por empresas de informática entre 2012 e 2017, menos de 10% foram repassados às empresas.

“Não há como inovar e agregar valor à produção sem usar verbas para pesquisa e desenvolvimento. Há um confisco desses valores, que impedem as empresas de se diversificarem”, completa Lopes.

Como consequência da retração da produção fabril e da perda de representatividade sobre o PIB, os postos de trabalho industrial também perdem força. “Essa é outra maneira de medir a desindustrialização: pela perda de participação sobre o emprego gerado”, alerta Cagnin.

Ele pondera que um recuo de participação da geração para o setor de serviços poderia ser algo normal, porém, essa retração no Brasil se dá pelo aumento de vagas de baixa qualificação.

No ano passado, cerca de 15,5% do emprego estava na indústria de transformação, ante 17,9% de 2010 e 18,5% de 2005.

InformeDESIN

Medo do desemprego recuou no final de 2017

FERNANDA BOMPAN

Levantamento feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostra que o medo de desemprego entre os brasileiros recuou no final do passado. Contudo, esse receio segue em patamar alto. O índice apurado pela CNI apresentou queda de dois pontos em dezembro de 2017, em comparação com setembro, ao atingir 65,7 pontos. Apesar da retração, o indicador permanece 16,9 pontos acima da média histórica e se encontra entre os maiores valores da série.

Em comparação com dezembro de 2016, o índice de medo do desemprego apresentou alta de 0,9 ponto, indicando, conforme a CNI, persistência da insegurança em relação à recuperação do mercado de trabalho, apesar dos sinais de retomada da economia. Dados recentemente divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que a taxa de desocupação atingiu 12% no trimestre encerrado em novembro de 2017, recuo de 0,6 ponto percentual em relação ao acumulado de julho a agosto (12,6%) do mesmo ano. Já na comparação com o mesmo trimestre de 2016, quando a taxa foi estimada em 11,9%, o quadro foi de estabilidade.

A projeção dos economistas do Itaú Unibanco é de que o desemprego fique estável em 12,5% em dezembro e recuando a 11,8% ao fim de 2018, “com o emprego formal voltando a contribuir para a queda do desemprego”, de acordo com nota da instituição. Conforme o IBGE, a população ocupada cresceu 1%, para 91,9 milhões de pessoas, no trimestre até novembro, em relação ao período anterior. Em relação a igual intervalo de 2016, o avanço foi de 1,9%. Porém, o número de empregados com carteira de trabalho assinada (33,2 milhões) ficou estável frente ao acumulado de junho a agosto. No confronto com o trimestre até novembro de 2016, teve queda de 2,5%. Já o número de empregados sem carteira de trabalho assinada (11,2 milhões de pessoas) cresceu 3,8% em relação ao trimestre anterior (mais 411 mil pessoas), e 6,9% contra o acumulado de setembro a novembro do ano passado. A categoria dos trabalhadores por conta própria (23 milhões de pessoas) ficou estável na comparação com o trimestre de junho a agosto. Mas, em relação ao mesmo período de 2016, houve alta de 5%.

Satisfação

Ainda segundo a CNI, o índice de satisfação com a vida apresentou retração de 0,4 ponto em dezembro na comparação com setembro de 2017, atingindo 65,6 pontos, permanecendo entre os valores mais baixos já registrados. Para ambos os indicadores, foram entrevistadas 2 mil pessoas em 127 municípios.

(Fonte: DCI – 08/01/2018)